

CONTRAPONTO**professores das universidades federais?"****NÃO****O desgaste das greves de professores****Luis Gustavo Mello Grohmann**

Professor do departamento de Sociologia e Política da UFSM

O momento exige uma manifestação vigorosa dos professores. Se esta é possível é uma outra questão. Explico. Greves são instrumentos democráticos e legítimos de resistência e de promoção das reivindicações dos trabalhadores. Estão submetidas a relações políticas as mais variadas. Ocorrem dentro de contextos políticos que lhes definem a importância, o escopo, a força, a oportunidade e as possibilidades de sucessos ou derrotas. Nenhuma greve pode ser realizada em um vazio, como se não houvesse uma dada conjuntura política. Nenhuma greve é boa ou virtuosa por si própria.

Existem motivos das mais diferentes ordens para os professores entrarem em greve: salários, condições de trabalho, política da educação, dentre outros. Considerar as possibilidades de greve dos professores das universidades federais brasileiras exige levar em conta a conjuntura política nacional e a conjuntura política da categoria. Greves no setor público implicam ser greves contra o Estado, o qual representa o povo e a sociedade brasileira. Greves no setor público, portanto, necessitam, mais do que qualquer outra, contar ou com o apoio ou com a manifestação da sociedade para sensibilizar ou pressionar os seus representantes (no Executivo e no Legislativo) no sentido de negociar e contemplar as reivindicações. Esses apoios e manifestações envolvem não

apenas o cidadão comum e anônimo, mas também as associações e grupos ativos da sociedade civil.

Greves necessitam ter, antes de tudo, unidade e patamares razoáveis de consenso sobre os objetivos e de disposição para a ação entre seus integrantes. As greves dos últimos anos parecem não ter dois elementos cruciais para serem bem sucedidas: apoio decidido da sociedade e unidade na ação por parte da categoria. Os motivos dessa situação estão em discussão: excesso de greves (que conduz à

“Greves necessitam ter, antes de tudo, unidade”

banalização do instrumento e gera apatia e indiferença por parte da sociedade e até mesmo por parte de setores significativos da categoria), divisão do movimento sindical (pró e contra governo), exacerbação do uso não economicista das greves (dando prioridade para a geração de desgaste político-eleitoral dos governos), não atendimento sistemático de certas reivindicações e, até mesmo, a ausência de fortes impactos negativos de curto prazo para a sociedade (isto é, nenhum semestre foi perdido até agora, no

máximo tem-se um pequeno atraso nas formaturas).

A percepção de uma possível ineficácia das greves e dos movimentos de professores, combinada com as políticas salariais dos sucessivos governos, gerou, em parte expressiva da categoria uma estratégia que elide a ação coletiva e concertada, impondo-se a estratégia da salvação individual.

Mas, outros fatores se colocam como incentivos às soluções individuais. A Educação brasileira está sofrendo uma alteração profunda. Há uma forte inflexão para a introdução de um ensino superior de massas. Ao mesmo tempo, é preciso pensar sobre a sustentação financeira desta inflexão. Isso traz consigo dilemas e gera efeitos para o bem e para o mal. Alguns efeitos problemáticos são: a adaptação dos antigos professores, rebaixamento de salários, alteração do perfil do profissional formado, alteração nas relações ensino-pesquisa-extensão, alteração na hierarquia científica das universidades, incremento de deficiências infra-estruturais, etc. Esses efeitos possíveis são percebidos e sentidos pela categoria como realidades vindouras sobre as quais pouco podem fazer.

Não é possível determinar com precisão qual será o futuro dos professores da rede pública de ensino superior. No curto e médio prazo, sem um rumo claro, que ultrapasse o simples movimento de resistência às mudanças, permanece incerto o uso da greve como instrumento eficaz de pressão.

